**Para além do umbigo.**

A maior parte de nós estará em breve de férias e, quer as passemos cá dentro ou lá fora, estas serão sempre um período de corte com as rotinas do ano e uma oportunidade para outros projectos. Tentaremos afastar as preocupações económicas ou sociais tanto quanto possível e não quereremos certamente ouvir falar de questões políticas.

As eleições legislativas estão marcadas para 4 de Outubro o que tornará inevitável a efervescência política a partir dos finais de Agosto, com a pré-campanha seguida da campanha. Até lá, pouca atenção merecerá a agitação das últimas semanas antes das férias com anúncio das supostamente renovadas listas de candidatos com caras que todos conhecemos (e que nos Açores têm até um historial bem longo), a afixação de *outdoors* pouco imaginativos e ainda menos mobilizadores e a divulgação de alguns tristes e até lastimáveis slogans de campanha (por exemplo, se os futuros deputados o serão a 100% qual a percentagem em que o foram os que agora abandonam o cargo…? E os anteriores? E o líder deste slogan?).

Quero, não obstante, registar dois aspectos muito positivos já bem lançados neste período de pré-férias e que ganharão indubitavelmente mais realce no período pós-férias. Refiro-me à avaliação profissional das propostas eleitorais e às condições para a construção de consensos governativos.

Em relação ao primeiro aspecto temos visto em Portugal, pela primeira vez, uma preocupação por parte da comunicação social em envolver especialistas das várias áreas governativas para comentarem as propostas que têm vindo a ser feitas pelos diversos partidos políticos. O princípio é muito meritório: dissuasivo de propostas populistas e demagógicas, informativo para o cidadão e elevador do nível do debate. Em suma, promovendo uma política partidária e uma cidadania responsável. Neste âmbito, importa que a própria comunicação social não ceda à tentação de controlar os programas que constrói através de uma selecção calculada do perfil dos académicos e dos próprios jornalistas que intervêm, cujas perspectivas de análise e atitudes perfilhadas em relação a um largo espectro de matérias são sobejamente conhecidas.

Em relação ao segundo aspecto, à importância dos consensos em democracia, sabemos que a coligação não está tão desgastada quanto seria de esperar após quatro anos de governação segundo um projecto assinado pelo PS com a troika, sabemos que o PS de António Costa não vale mais do que o de António José Seguro, sabemos que, apesar de tudo, as sondagens podem ser cilindradas no dia das eleições como se tem verificado em outros países, sabemos ainda que as coligações governativas oferecem estabilidade, indispensável para o crescimento económico e o desenvolvimento social, e até ser esta a solução para a grande maioria dos países da União Europeia (23 em 28). Neste contexto, importa que os discursos de Setembro/Outubro não inviabilizem um eventualmente necessário diálogo pós-eleitoral. Aliás, as palavras do Presidente da República no anúncio da data das eleições foram precisamente nesse sentido. Perante a perspectiva de ausência de uma maioria eleitoral importa que os discursos eleitoralistas, tradicionalmente emotivos e exacerbados, não comprometam, nem pela forma, nem pelo conteúdo, entendimentos futuros necessários para o país. É preciso que os partidos políticos vejam para além do seu umbigo!

M. Patrão Neves

[www.mpatraoneves.pt](http://www.mpatraoneves.pt)